CONCURSO
JUIZ FEDERAL
SUBSTITUTO
DA 2ªREGIÃO

Média		PROVA DISCURSIVA 09/11/2018	ETIQUETA DE DESIDENTIFICAÇÃO

INSTRUÇÕES

Tempo de duração: 4 (quatro) horas

1. Só poderá ser utilizada caneta de tinta azul ou preta indelével, fabricada em material transparente.
2. É vedada a utilização de qualquer tipo de material eletrônico.
3. As respostas, de forma legível, deverão limitar-se às folhas pautadas destinadas às questões.
4. Serão desconsideradas as provas com escrita ilegível.
5. Não será fornecida folha de rascunho. O espaço abaixo do enunciado das questões poderá ser utilizado para tal fim.

Prova Discursiva – 09/11/2018	Notas
Questão Discursiva	
1ª Questão	
2ª Questão	
3ª Questão	
4ª Questão	

Prova Discursiva: 09/11/2018

Observações:

- Informações adicionais através do endereço eletrônico: concursojfs@trf2.jus.br
  Internet: www10.trf2.jus.br/ai/transparencia-publica/concursos/magistrados
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

BOA SORTE!

JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

XVII CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO – 2ª REGIÃO
PROVA DISCURSIVA - 09/11/2018

Dissertação (4,0 pontos; máximo de 5 laudas)

Improbidade Administrativa.

O candidato deverá abordar, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) **Sujeitos**: pessoa jurídica; particular; agente político; conselhos de fiscalização do exercício profissional; sucessores do ímprobo.

b) **Medidas cautelares**: Indisponibilidade de bens: cabimento; duração; afastamento do agente público; sequestro.

c) **Atos de improbidade**: atos administrativos (discricionariedade; controle; erro de apreciação e discricionariedade técnica), legislativos e jurisdicionais.

d) **Tipologia objetiva e subjetiva**: conceitos jurídicos indeterminados e improbidade; enriquecimento ilícito; atos lesivos ao patrimônio público; atos de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário; atos atentatórios aos princípios regentes da atividade estatal; atos dolosos e culposos: a culpa grave e a cegueira deliberada. Inter-relação das decisões proferidas nas esferas administrativa, penal e civil.

e) **Competência**: A questão do foro por prerrogativa de função; atos praticados em detrimento de sociedade de economia mista federal.

f) **Prescrição**: Prazos; ato de improbidade que caracteriza crime; prosseguimento, após o advento da prescrição, para fins de viabilizar ressarcimento ao erário público: É cabível?

g) **Sentença**: requisitos; congruência. Consectários.

h) **Sanções**: adequação à natureza do ato e dosimetria: perda de bens ou valores; ressarcimento do dano; dano moral; perda da função pública: Pode o juiz federal decretá-la se o agente é vinculado à administração estadual ou municipal? Há atos ímprobos de pequeno potencial ofensivo? Aplica-se o princípio da insignificância em atos de improbidade?

i) **Acordo de leniência e Lei de Improbidade Administrativa**.

XVII CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO – 2ª REGIÃO
PROVA DISCURSIVA - 09/11/2018

QUESTÃO 1) (VALOR: 1,5; máximo de 2 laudas)

"CNJ define procedimento de votação em matéria administrativa para casal de desembargadores" (notícia publicada no sítio eletrônico do Conselho Nacional de Justiça em 30.04.2014). Cuidou-se de procedimento instaurado a requerimento de desembargadora de Tribunal de Justiça contra decisão do Pleno do referido tribunal que a proibiu de participar nas deliberações administrativas do Tribunal Pleno por ser casada com desembargador também integrante do mesmo tribunal.

À luz deste caso apreciado pelo Conselho Nacional de Justiça, indaga-se: a) é possível a atuação dos desembargadores casados no mesmo julgamento do Tribunal na esfera administrativa do Pleno? b) há regra no Código de Ética da Magistratura Nacional aplicável à hipótese (em caso positivo, qual)? c) como deve ser observado o procedimento de votação da questão administrativa quando na mesma sessão houver a presença dos dois desembargadores que são casados entre si?

QUESTÃO 2) (VALOR: 1,5; máximo de 2 laudas)

O tema da propriedade fiduciária tem merecido importante aplicação nas causas relacionadas às atividades da Caixa Econômica Federal como empresa pública nos segmentos contratual e de direitos reais. Sob tal contexto, devem ser respondidas as seguintes questões:

a) Qual é a natureza jurídica, espécie e efeitos da propriedade fiduciária?
b) Quais são as normas jurídicas aplicáveis às diversas atuações da Caixa Econômica Federal no tema da propriedade fiduciária?
c) Quais são os remédios processuais à disposição da Caixa Econômica Federal em caso de inadimplemento das prestações do fiduciante?

QUESTÃO 3) (VALOR: 1,5; máximo de 01 lauda)

Sobre o tema da imunidade de jurisdição do Estado e seus representantes, responda objetivamente:

a) Qual a extensão da imunidade de jurisdição dos agentes consulares em matéria cível e criminal? (0,25)

b) Qual a extensão da imunidade de jusrisdição dos agentes diplomáticos em matéria cível e criminal? (0,25)

c) Os agentes consulares e diplomáticos podem renunciar à essa imunidade? (0,25)

d) Quais são os critérios aplicáveis às imunidades das organizações internacionais? (0,75)

XVII CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO – 2ª REGIÃO
PROVA DISCURSIVA - 09/11/2018

QUESTÃO 4) (VALOR: 1,5; máximo de 03 laudas)

Em que consiste a técnica de remessa na elaboração legislativa das normas penais? Quais as formas de remessa identificáveis em nosso direito penal e suas respectivas classificações? De que críticas é passível a referida técnica e quais os pontos defensáveis da sua utilização?